

# EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRODUÇÕES ACADÊMICAS NOS ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO - ENDIPE 2016

**Andréa Villela Mafra da Silva<sup>1</sup>**

av.mafra@hotmail.com

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde também cursou o Mestrado em Educação na linha de Subjetividade, Cultura e História da Educação. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente professora do Ensino Superior da FAETEC no Curso de Pedagogia e nas turmas do PARFOR no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Desde 2006 atua como Coordenadora Adjunta e de Tutoria dos Cursos de Pós-graduação a distância na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora de Campo do Plano de Ações Articuladas no Estado do Rio de Janeiro - MEC / FNDE (2009 - 2011). Coordenadora do grupo de pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FAETEC/CNPq. Pesquisadora do grupo de pesquisa Educação e Comunicação/UERJ/CNPq.

# SPECIAL EDUCATION: ACADEMIC PRODUCTIONS IN THE ANALYSIS OF THE NATIONAL ENCOUNTER OF DIDACTICS AND PRACTICE OF TEACHING - ENDIPE 2016

**RESUMO:** Nesta pesquisa, analiso as produções acadêmicas apresentadas no Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino ocorrido em 2016. A intenção é desvendar nos processos de pesquisa posições conceituais sobre a práxis pedagógica, bem como a abordagem sobre a relação entre educação especial e regular. A análise dos dados identifica-se com a pesquisa quantitativa e qualitativa, através de um levantamento de trabalhos publicados nos anais do encontro em tela. Na ocasião, foi possível constatar o número de ínfimo de pesquisas relacionadas à temática.

**Palavras chave:** Educação Especial. Produção acadêmica. ENDIPE 2016.

**ABSTRACT:** I analyze the academic productions presented at the National Meeting of Didactics and Teaching Practice held in 2016. I intend to unveil in the research processes conceptual positions on pedagogical praxis, as well as the approach on the relationship between special and regular education. The analysis of the data is identified with the quantitative and qualitative research through a survey of papers published in the annals of the meeting, on-screen. It was possible to verify the small number of researches related to the theme.

**Keywords:** Special Education. Academic Production. ENDIPE 2016.

## INTRODUÇÃO

No campo da educação especial, há um hiato entre as condições reais de escolarização para todos e o que lhes cabe por direito. No Brasil, para reverter esse quadro é necessário desenvolver estratégias e instrumentos gerenciais que promovam a universalização e a equidade do atendimento tão propagadas pelas políticas educacionais. É da competência dos municípios, apoiados pelo Estado e pela União, garantir à criança, jovens e adultos com necessidade educacional especial estratégias de focalização no campo das políticas voltadas para a promoção de sistemas educacionais inclusivos.

De modo geral, a despeito das políticas educacionais apontarem para a organização de sistemas educacionais inclusivos, as ações implementadas nas escolas, por hipótese, ainda não alcançaram esse objetivo. O contexto nacional tem se caracterizado pela exclusão econômica, social e cultural decorrentes de um modelo de Estado neoliberal, em que as políticas em vigor apresentam um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade educacional brasileira. Para que se defina uma política clara nesse âmbito, a fim de maximizar a igualdade de oportunidades educativas para todos os sujeitos dentro das estruturas regulares de ensino tendo em conta os princípios da inclusão, é necessária uma reestruturação dos serviços de educação especial.

Educação especial não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem e desenvolvimento social, cognitivo e afetivo. Skrtic (1999) afirma que a educação especial pode oferecer a visão estrutural e cultural necessárias para reconstruir a educação geral, tendo em vista que demanda refletir a heterogeneidade dos alunos e alunas, possibilitando aos professores utilizarem recursos instrumentais e atitudinais buscando acolher a todos na escola.

A Educação Especial, fundamentada na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 80691/90), garante o atendimento educacional da pessoa com necessidade especial. O dispositivo constitucional evidencia que a responsabilidade com a educação deve ser compartilhada pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Em 20 de dezembro de 1993, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) assinou a Resolução nº 48/96, que adotou o documento *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (1983-1992), elaborado por um grupo de trabalho *ad hoc* de composição ilimitada e constituído por peritos governamentais. É oportuno assinalar que essas normas são fundamentais na elaboração de políticas entre os estados e organizações internacionais para garantir medidas de implementação da igualdade de participação das pessoas com deficiência na sociedade.

São vinte e duas normas que implicam em forte compromisso moral e político dos países membros das Nações Unidas em oferecer aos indivíduos com deficiência todo o apoio necessário dentro das estruturas comuns de educação, saúde, emprego e serviços gerais. Com detalhes, as normas explicam como reunir esforços para remover obstáculos de qualquer natureza que impeçam pessoas com deficiência de exercerem seus direitos, usufruírem de sua liberdade e cumprirem seus deveres. Estão presentes nas vinte e duas normas o discurso de conscientização sobre serviços de apoio, acessibilidade ao am-

biente físico, informação, comunicação, educação, integridade pessoal, planejamento, dentre outros temas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta a Resolução 48/96 dividida em quatro áreas – que, por sua vez, estão subdivididas em normas. São estas:

I. Condições prévias para a igualdade de participação – norma 1: sensibilização; norma 2: cuidados de saúde; norma 3: reabilitação; norma 4: serviços de apoio;

II. Áreas fundamentais para a igualdade de participação - norma 5: acessibilidade; norma 6: educação; norma 7: emprego; norma 8: manutenção de rendimentos e segurança social; norma 9: vida familiar e dignidade pessoal; norma 10: cultura; norma 11: actividades recreativas e desporto; norma 12: religião;

III. Medidas de aplicação - norma 13: informação e investigação; norma 14: elaboração de medidas de política e planejamento; norma 15: legislação; norma 16: políticas económicas; norma 17: coordenação dos trabalhos; norma 18: organizações de pessoas com deficiência; norma 19: formação de pessoal; norma 20: acompanhamento e avaliação a nível nacional dos programas a favor das pessoas com deficiência relativamente à aplicação das normas; norma 21: cooperação técnica e económica; norma 22: cooperação internacional;

IV. Mecanismo de acompanhamento (ONU, 1996, p. 08-09) (grifo meu).

Nas áreas fundamentais para a igualdade de participação, a norma seis refere-se à Educação. Assumir uma posição diante da educação especial envolve não apenas uma reflexão sobre perspectivas curriculares e organização escolar. Implica, igualmente, em uma revisão das bases do trabalho docente, objetivando a reorientação de seus papéis para atuar em um contexto inclusivo. Tal contexto exige mudanças, não só em conhecimentos e habilidades pedagógicas, mas também em atitudes e valores. Assim, o sucesso da inclusão depende da avaliação constante do processo pedagógico e da flexibilidade para alterar as perspectivas curriculares.

Atendendo a uma perspectiva de educação inclusiva e integradora, pressupõe-se a existência de serviços no sistema de ensino, tanto presencial quanto a distância, a partir de: (a) política claramente definida, que seja compreendida pela comunidade escolar em geral; (b) programas curriculares flexíveis,

suscetíveis a serem adaptados; (c) material didático de qualidade, bem como ações de formação contínua para professores e a existência de professores de apoio (ONU, 1996, p. 26).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) determina que educar em direitos humanos significa exercer uma prática educativa inspirada em princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Embora marcada por limitações no campo da Educação Especial, a LDB nº 9394/96 representa um avanço na área em decorrência do espaço escolar estar atrelado a um compromisso político educacional no campo da educação inclusiva. Percebe-se que o trabalho docente na escola inclusiva migra de uma postura reflexiva para uma postura participativa, buscando uma nova conceitualização do aprender e do ensinar.

A LDB 9394/96, em seu Artigo 58, entende “por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). No mesmo artigo desta lei, está previsto “os serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (idem).

Sobre o atendimento educacional oferecido a esta parcela de alunos, a LDB 9394/96 determina que seja feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) apresentam o conceito de escola inclusiva relacionado a uma nova postura da escola regular, em que a metodologia de ensino e as perspectivas curriculares, principalmente os instrumentos de avaliação, facilitem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais (Brasil, 2001).

Providenciar uma educação apropriada aos alunos com necessidades especiais deve ser o objetivo de todos os programas e serviços diretamente relacionados ao melhoramento do funcionamento das áreas de dificuldade manifestadas. Na escola, enquanto que a primeira iniciativa de intervenção pedagógica deve direcionar-se para a área acadêmica, linguística e cognitiva das dificuldades, uma intervenção em áreas correlacionadas – como as desordens de atenção e os problemas de ordem social – também deve ser considerada.

A perspectiva da inclusão requer a promoção de programas de facilitação da acessibilidade, através da remoção de barreiras físicas ou arquitetônicas que impeçam a locomoção da pessoa com deficiência ou com mobilidade redu-

zida. O indivíduo com necessidade especial, considerado como protagonista nos esforços de intervenção, deve ter assegurado o acesso a uma rede de apoio.

As escolas raramente têm um plano de avaliação da eficácia dos programas curriculares e dos serviços destinados aos alunos com necessidades especiais, principalmente àqueles matriculados em classes regulares de ensino. A comunicação entre os professores, os especialistas, a família e os alunos surdos é frequentemente insuficiente para facilitar o desenvolvimento e a implementação de ações educativas apropriadas. A responsabilidade pelo desenvolvimento de planejamentos inclusivos deve ser compartilhada pelos professores, pelas famílias e pelos alunos a que se destinam. Efetivamente, a educação descentrada das necessidades intrínsecas desta parcela de alunos impede explorar todas as opções de inclusão.

Em uma concepção pedagógica que visa à aprendizagem do aluno, a avaliação inclusiva serve como um diagnóstico que viabiliza a intervenção. Rever a concepção de avaliação inclusiva é reconstruir as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Impõe pensar em um novo projeto pedagógico e em uma nova forma de construir o conhecimento no espaço escolar. O aluno é considerado um ser ativo e dinâmico que participa da construção do seu próprio conhecimento.

No Brasil, a avaliação inclusiva é amparada por documentos oficiais como: (i) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 (Brasil,1996); (ii) Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001); (iii) Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (BRASIL/SEESP, 1999); (iv) Lei nº 13.146/2015 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI), dentre outros; a partir deles são determinadas diversas ações pedagógicas na escola para garantir às crianças com necessidades educacionais especiais – como Deficiência Intelectual (DI) e Transtornos do Espectro Autista (TEA) – o direito a uma educação de qualidade, inserindo-as em classes regulares.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo é compreender os pressupostos teórico-metodológicos direcionados ao campo da Educação Especial, especificamente na relação entre inclusão, práticas de ensino e didática.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de análise dos dados identifica-se com a pesquisa quantitativa e qualitativa através de um levantamento de trabalhos publicados no ENDIPE 2016 e, num segundo momento, uma análise qualitativa mais apurada dos tra-

balhos localizados nos anais. A intenção é analisar a produção de pesquisas e trabalhos sobre educação especial e temas correlatos pertinentes ao tema.

As produções acadêmicas disponíveis nos anais do evento foram selecionadas a partir dos descritores *educação especial e/ou educação inclusiva* presentes no título e/ou nas palavras chaves apresentadas pelos autores das publicações. Por meio desse levantamento, foi possível constatar o número de certa forma ínfimo de pesquisas relacionadas à temática considerando o número de páginas dos anais. Outras produções foram também localizadas nos anais do ENDIPE 2016 com temas afins, como: estágio supervisionado no campo da educação especial, perspectivas curriculares nos cursos de formação de professores para atuarem no campo da educação especial, tecnologia assistiva, a questão linguística e cultural dos surdos, dentre outros.

Os anais selecionados para esta pesquisa, compostos de 12.968 (doze mil novecentos e sessenta e oito) páginas, têm como título *Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira construído no XVIII*. O Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino pôs relevo nas questões da didática e da prática de ensino, pensadas nas mais diversas circunstâncias vividas pela realidade da educação brasileira. O evento ocorreu na Universidade Federal de Mato Grosso no período de 23 a 26 de agosto de 2016.

## DESENVOLVIMENTO

O Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) é um encontro bianual que congrega pesquisadores, especialistas, dirigentes educacionais, professores e estudantes dos mais diversos locais do Brasil e do exterior para discutir a didática e as práticas de ensino. A primeira edição do ENDIPE ocorreu em 1982, na PUC-Rio. A próxima edição, o XIX ENDIPE 2018, será em Salvador (BA)<sup>1</sup>.

A proposta do ENDIPE 2016 centrou-se em questões da didática e da prática de ensino no contexto político contemporâneo e seus desdobramentos nas ações dos governos em todos os níveis (ENDIPE, 2016). O evento configura-se como um espaço de promoção de diálogo entre professores e pesquisadores, proporcionando amplo debate sobre as funções sociais da escola e outros temas correlacionados.

O ENDIPE 2016 recebeu a inscrição de 2.895 (dois mil oitocentos e noventa e cinco) professoras e professores, estudantes de graduação e pós-graduação; são pessoas que militam na educação básica e educação superior, pessoas

1 C.f. <http://endipe.pro.br/site/> Acesso em 02 out. 2017.

que estão em serviço ou afastadas para qualificação na pós-graduação, provenientes de instituições públicas e privadas (ENDIPE, 2016). Foram inscritos 370 (trezentos e setenta) painéis e 698 (seiscentos e noventa e oito) pôsteres, dois quais 290 (duzentos e noventa) painéis e 482 (quatrocentos e oitenta e dois) pôsteres foram aprovados para apresentação no evento (Idem). Os trabalhos foram divididos em eixos temáticos, a saber:

- I. Didática e prática de ensino: desdobramentos em cenas na educação pública - Subeixo 1: Didática: relação teoria/prática na formação escolar; Subeixo 2: Práticas pedagógicas: constituição da docência em outros olhares; Subeixo 3: Modos do ensinar e aprender em experiências;
- II. Didática, profissão docente e políticas públicas - Subeixo 1: Didática, saberes e experiências formativas nos diferentes níveis educativos; Subeixo 2: didática, currículo e avaliação; Subeixo 3: Políticas públicas, formação continuada/desenvolvimento profissional docente;
- III. Didática e prática de ensino nas diversidades educacionais - Subeixo 1: Didática e prática de ensino nos diálogos de saberes, currículos e culturas; Subeixo 2: Didática e prática de ensino na inclusão e no reconhecimento de saberes; Subeixo 3: Didática e prática de ensino nos desafios e nas criações do contemporâneo.

Segundo Borba e Valdemarin (2010), a pesquisa tem sido considerada como atividade central no campo educacional, seja para a produção de novos conhecimentos e de novas interpretações, seja como requisito básico para o exercício da docência. A produção acadêmica como uma atividade de investigação possibilita ao pesquisador desenvolver capacidades de análises e sínteses para se apropriar de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação, formação, cultura, pedagogia, processo educativo, saber educativo, dentre outros, a partir de um enquadramento epistemológico.

Busco compreender o processo de produção acadêmica no campo da Educação Especial, tendo como orientação o sentido da pesquisa como uma atividade científica que nasce das questões que a realidade, de uma forma ou de outra, apresenta (BORBA e VALDEMARIN, 2010). A versatilidade na identificação de ideias pautadas em procedimentos de inovação e de aprimoramento profissional tem normas e procedimentos de pesquisa que auxiliam a pensar uma prática que se faz reflexiva na ação que dela resulta.



Desse modo, julgo importante analisar a maneira como o pesquisador se coloca enquanto sujeito do projeto que desenvolve (FAZENDA, 2008, p.16), considerando que problematiza sua própria formação e/ou atuação profissional para buscar soluções para exercer o magistério com competência.

Apoiada em leituras de autores (EFFGEN, 2011; MANTOAN, 1998; PLETSCHE, GLAT, MOREIRA, 2008) que vêm discutindo questões vinculadas à área da Educação Especial, proponho algumas questões norteadoras deste estudo: a) Quais fenômenos educacionais abordados nas produções acadêmicas favorecem, através de suas interpretações, uma compreensão das práticas nas escolas inclusivas?; e b) O que a fundamentação teórica e metodológica das produções acadêmicas revela quanto às concepções e práticas no âmbito da Educação Especial?

Conhecer as orientações de natureza política, epistemológica e pragmática dos pesquisadores possibilita compreender e avaliar os problemas próprios do campo, suas potencialidades e perspectivas futuras que se encontram em aberto (LIMA, 2010). O interesse pelo campo da Educação Especial como objeto de conhecimento surgiu na minha prática docente e tem a ver com minha inserção em grupos de pesquisa na graduação em Pedagogia.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados nos anais do ENDIPE selecionados para esta pesquisa – e compostos, como mencionado, por 12.968 (doze mil novecentos e sessenta e oito) páginas – apenas 17 (dezessete) pesquisas no campo da Educação Especial. Dentre os temas abordados nos trabalhos, estão a formação de professores, a prática pedagógica, educação especial e educação inclusiva, currículo, políticas públicas e a profissão docente. A seguir, apresento uma visão geral sobre as produções acadêmicas publicadas nos anais, destacando os assuntos mais pertinentes ao tema em tela.

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O trabalho intitulado “Formação de educadores para a educação especial e inclusiva: saberes necessários no cenário contemporâneo” (COSTA, 2016) investiga as dimensões da prática pedagógica dos professores em formação. A autora, apoiada nos estudos de Cunha, Soares e Ribeiro (2009), Demo (2009), Masetto (2013), dentre outros, tem como objetivo relatar a experiência de pesquisa vivenciada no componente curricular: aspectos sociopsicológicos da Educação Especial do curso de Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia/ Campus X. Costa (2016) utiliza como

metodologia o estudo de caso, sendo que os resultados da pesquisa apontam para a necessidade da formação de professores para a educação especial, na perspectiva de conhecer os sentidos da atuação docente na escola regular. A autora conclui assinalando a necessidade da aproximação dos conhecimentos teóricos com as teorias e prática da sala de aula, a fim de estabelecer uma interlocução constante entre os conteúdos e as estratégias de ensino (COSTA, 2016).

Já o trabalho de Rengel e Cordeiro (2016) utiliza os pressupostos teóricos de autores como Chené (2014), Dominicé (2014) e Vygotsky (2000, 2007, 2010) para aprofundar análises no papel das relações sociais no processo de constituição identitária docente.

## **CURRÍCULO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS**

Sobre a temática de currículo e práticas educacionais, os trabalhos selecionados investigam as contribuições que a literatura especializada em educação especial pode oferecer em relação à prática docente em classes regulares de ensino. Souza (2016) analisa artigos que versam sobre práticas de ensino e de aprendizagem destinados a alunos com deficiências na rede regular de ensino, publicados na Revista Brasileira de Educação Especial – periódico trimestral especializado produzido pela Associação de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). A autora analisa 97 (noventa e sete) trabalhos que tratam a relação ensino e aprendizagem para alunos com deficiências na rede regular de ensino e utiliza como método a abordagem quanti-qualitativa com técnica de análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977).

De modo geral, objetivamente, as produções acadêmicas buscam identificar, compreender e aprofundar conhecimentos relacionados ao ensino na educação especial. Apontam a relevância da elaboração do planejamento, da organização do espaço e da relação professor-aluno no contexto de aprendizagem inclusiva.

Um dos trabalhos localizados nos anais fez um levantamento de artigos em 05 (cinco) repositórios de busca, como: Portal de Periódicos e do Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior-CAPES, os Periódicos Acadêmicos do Portal Scientific Electronic Library Online-SciELO, nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED e os Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino- ENDIPE, no período de 2001 a 2015. Trata-se do artigo “Currículo na educação especial: balanço da produção acadêmica após a publicação da APAE Educadora”, de autoria de Lehmkuhl (2016). A autora, a partir deste levantamento, analisou 04 (quatro) resumos de teses e dissertações e 18 (de-

zoito) artigos científicos publicados em periódicos de educação ou apresentados em eventos, totalizando 22 (vinte e dois) trabalhos. A autora, apoiada nas contribuições de Michels (2006) e Meletti (2008), buscou compreender as relações pedagógicas no campo da educação especial.

## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Outro assunto abordado sobre a questão da formação de professores refere-se às mudanças nos sistemas inclusivos com a implementação de políticas educacionais que defendem a utilização de estratégias e recursos diferenciados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. É de extrema relevância o atendimento educacional especializado com ações pedagógicas voltadas para a inclusão escolar desses alunos.

Lara, Pires e Fulas (2016), no artigo cujo título é “Livros para cegos e surdos: a acessibilidade de leitura na escola”, apresentam a forma como as políticas educacionais têm atuado na perspectiva de ampliação da oferta de livros paradidáticos acessíveis aos alunos surdos e cegos. As autoras identificam as leis, decretos e resoluções a respeito da acessibilidade de leitura, que tiveram início na década de 1980 e sofreram mudanças importantes ao longo dos anos. Descrevem ainda as ações do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), programa do Ministério da Educação responsável pela compra e distribuição de obras de literatura em prol da educação inclusiva, e analisam os acervos selecionados para os alunos da educação especial. As autoras revelam um dado preocupante no que se refere ao acervo escolar: trata-se de um acervo reduzido de obras em braille, áudio e caractere ampliado para atender aos alunos cegos e com deficiência visual e um acervo mínimo de obras em Libras para os alunos surdos e com deficiência auditiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o propósito de compreender os pressupostos teórico-metodológicos direcionados ao campo da Educação Especial, especificamente na relação entre inclusão, práticas de ensino e didática, busquei inventariar as produções acadêmicas apresentadas no Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE, 2016) para caracterizar as principais temáticas tratadas nas pesquisas e a natureza metodológica da sua abordagem, identificando especialmente tendências no domínio da investigação no âmbito da Educação Especial.

As produções acadêmicas disponíveis nos anais do evento foram selecionadas a partir dos descritores educação especial e/ou educação inclusiva presentes no título e/ou nas palavras chaves apresentadas pelos autores das publicações. Por meio desse levantamento, foi possível constatar o número de certa forma ínfimo de pesquisas relacionadas à temática, principalmente ao considerarmos o número de páginas dos anais.

O conceito de necessidades educacionais especiais é um conceito-chave que agrega outros conceitos, como o de dificuldade de aprendizagem e o de medidas educativas especiais, que demanda adaptações de currículo e criação de serviços complementares na escola. Por isso, defendo o efetivo exercício de pesquisa e de produção científica de conhecimento como atividades de investigação que possibilitem a mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação especial.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70. 1977.
- BORBA, Siomara, VALDEMARIN, Vera Teresa. A Construção teórica do Real: uma questão para a produção do conhecimento em educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.2, pp.23-37, Jul./Dez 2010.
- BRASIL. *Constituição Federal 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre as diretrizes para a educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 04 out. 2017.

CHENÉ, A. A narrativa de formação e a formação de formadores. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p. 121-132.

COSTA, Guilhermina Elisa Bessa da. Formação de educadores para a educação especial e inclusiva: saberes necessários no cenário contemporâneo. In: ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira*. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016. p. 2281-2293.

CUNHA, Maria Isabel da; SOARES, Sandra Regina; RIBEIRO, Marinalva Lopes. (orgs.). *Docência universitária: profissionalização e práticas educativas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

DEMO, Pedro. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DOMINICÉ, P. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p. 77-90.

EFFGEN, Ariadna P. S. *Educação especial e Currículo Escolar: possibilidades nas práticas pedagógicas cotidianas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira*. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, Patrícia Tanganelli, PIRES, Viviane Ferrareto da Silva, FULAS, Tatiana. Livros para cegos e surdos: a acessibilidade de leitura na escola. In: ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira*. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016. p.12005.

LEHMKUHL, Márcia de Souza. Currículo na educação especial: balanço da produção acadêmica após a publicação da APAE educadora. In: ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira*.

Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016. p.10343-10354.

LIMA, Licínio. Investigação e investigadores em educação. *Revista de Ciências da Educação*. Unidade de ID de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, v.12, ago. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Integração X Inclusão: escola de qualidade para todos. *Pátio - revista pedagógica*. Artes Médicas. Porto Alegre/RS, 1998.

MASETTO, Marcos Tarcísio. *Competências Pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Sumos, 2003.

MELETTI, Sílvia M. F. *APAE Educadora e a Organização do trabalho pedagógico em Instituições Especiais*. Texto Apresentado na Reunião Anual da ANPED – GT 15. Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/trabalho/GT15-4852--Int.pdf> Acesso em: 04 out. 2017.

MICHELS, Maria H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Resolução 48/96*. Disponível em: <https://goo.gl/Y54HQQ> > Acesso em: 04 out. 2017.

PLETSCH, Márcia D., GLAT, Rosana e MOREIRA, Priscilla dos S. *Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar: uma reflexão sobre currículo e práticas pedagógicas*. Texto apresentado na Reunião Bianual do ENDIPE, Painéis. Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <http://endipe.pro.br/site/eventos-antiores/> Acesso em: 04 out. 2017.

RENGEL, Juliana Testoni dos Santos, CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. Tornar-se professora: Aspectos relacionais da constituição identitária. In: ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais*. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016. p. 5554-5565.

SKRTIC, T. Voice, collaboration and inclusão. *Remedial and Special Education*, 1996.

SOUZA, Sirleine Brandão de. Pesquisas em educação especial: temas e focos na revista brasileira de educação especial (2001-2015). In: ENDIPE. Encontro

Nacional de Didática e Prática de Ensino. *Anais*. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. CRV Editora, 2016. p. 10330-10342.

VYGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. Tradução de A. A. Puzirei. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKI, L. S. *A questão do meio na pedologia*. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010.